

DESAFIOS METODOLÓGICOS DOS GRUPOS FOCALIS: REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIAS

METHODOLOGICAL CHALLENGES OF THE FOCAL GROUPS: REFLECTIONSON MEMORIES

Margarete Panerai Araujo 1
Salette Bavaresco 2

Pós-doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV EBAPE/RJ (2013). Pós-doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região na UEMESP nas Cátedras UNESCO de Comunicação e Gestão de Cidades (2010). Atualmente é Professora Visitante no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS) na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2953857450580173>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9231-8590>.
E-mail: mpanerai@terra.com.br

Resumo: O presente artigo trata da caracterização e enquadramento metodológico de produção de memórias no uso dos grupos focais, enquanto técnica de investigação qualitativa. Será abordada a questão dos fatores que afetam o processo afetivo da memória em detrimento do aspecto da memória histórica no processo de discussão dos grupos focais e, por sua vez, a validade de seus resultados. O artigo bibliográfico está organizado em seções: a primeira apresenta as bases teóricas sobre os aspectos da memória social e seus sete pecados; a segunda explora a condição da temporalidade nesse campo de estudo e, a terceira destaca os grupos focais como técnica de pesquisa, passível da utilização multidisciplinar dessas teorias, enquanto percurso investigativo. Infere-se que o grupo focal, é uma técnica de processo interacional, voltado para o campo da memória que faz uso das reflexões sobre as emoções e os seus falseios.

Palavras-chave: Memória Social. Pecados das Memórias. Tempo. Grupo Focal.

Abstract: This article deals with the characterization and methodological framing of memory production in the use of focus groups, as a qualitative investigation technique. The issue of factors that affect the affective process of memory will be addressed to the detriment of the aspect of historical memory in the focus group discussion process and, in turn, the validity of its results. The bibliographical article is organized in sections: the first presents the theoretical bases on aspects of social memory and its seven sins; the second explores the condition of temporality in this field of study, and the third highlights focus groups as a research technique, subject to the multidisciplinary use of these theories, as an investigative path. It is inferred that the focus group is an interational process technique, aimed at the field of Memory that makes use of reflections on emotions and their missteps.

Keywords: Social Memory. Sins of Memories. Time. Focus Group.

Doutoranda do Programa de Memória e Bens Culturais da Unilasalle. Mestra em Ciências Sociais pela PUCRS (2008). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2961997278129334>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1705-8060>.
E-mail: bavarescosalette@gmail.com

Introdução

Este artigo propõe o uso de um recurso metodológico aplicado à técnica de investigação qualitativa de grupos focais, de forma a incluir nessa reflexão os estudos no campo da memória e a influência das emoções no funcionamento do grupo, observando na análise a produção de emoções e pecados ou falseios. Justifica-se, a propósito, pois essa tem o intuito de incluir reflexões sobre as áreas metodológicas e propõe alternativas de entendimento sobre o tema. Isso porque esse conhecimento complexo envolve áreas multidisciplinares como a psicologia cognitiva, reflexiva, a filosofia, a sociologia entre outras, portanto o próprio campo da memória.

O artigo é bibliográfico e descritivo. O objetivo geral deste estudo é refletir sobre uma técnica de investigação qualitativa, chamada de grupos focais, incluindo os estudos das memórias e a influência das emoções em seu funcionamento, além do mecanismo de produção de falseios de memórias. Pode-se compreender que os processos mentais, abrangem os principais objetos do estudo da percepção, através dos pensamentos, procurando explicar como os seres humanos percebem o seu mundo e, como utilizam desses conhecimentos para desenvolver funções cognitivas como a fala, raciocínio, resolução de situações-problema, memorização, entre outras.

Assim, a estrutura do artigo está apresentada em seções: a primeira parte apresenta as teorias sobre os sete pecados da memória, conforme Schacter (1999); a segunda reflexão aborda o tempo no campo da memória e a terceira a caracterização dos grupos focais como técnica de pesquisa, cujas variáveis anteriores são influenciadoras sobre as dimensões correlacionam os falseios de memórias /tempo. Por último as considerações finais e referências.

Aspectos da memória social e os enganos apresentados na literatura

É usual, pelo menos no Ocidente, ouvirmos frases como a de George Santayana (1905, s.p.) “[...] aqueles que não podem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”, o que nos remete a pensar que temos que visitar nosso passado, seja tanto em nível pessoal, como coletivo, para constantemente, policiar nossos comportamentos e os da coletividade. Ainda, ouvimos que “[...] somos nossa memória, somos esse quimérico museu de formas inconstantes, esse montão de espelhos rompidos”, do poeta argentino, Jorge Luís Borges (1997, s.p.), que de forma poética parece reduzir tudo ao nosso passado, nos aprisionando as contingências do remoto. Cabe tratar aqui que a memória coletiva a qual estamos submersos e, que nos é repassada através da História, e através dos grupos sociais a que nos vinculamos em conjunto, moldam nossas identidades no convívio social através das representações.

Segundo Ricoeur (2003) não se pode falar seriamente da reapropriação do passado histórico efetuado pela memória, se não tomarmos cuidado em considerar de antemão, o que ele chama, de enigmas que incomodam o processo da memória enquanto tal. Para ele o primeiro enigma relaciona-se com a própria ideia de representação do passado, ou seja, como memória dialoga com a ideia de Aristóteles (1957), onde em seu pequeno tratado “Da memória e da reminiscência”, ele questionava se a memória é do passado, de uma conservação das sensações passadas ou ainda de uma atualização da lembrança. Para o autor:

[...] uma recordação surge ao espírito sob a forma de uma imagem que, espontaneamente, se dá como signo de qualquer coisa diferente, realmente ausente, mas que consideramos como tendo existido no passado. Encontram-se reunidos três traços de forma paradoxal: a presença, a ausência, a anterioridade. Para o dizer de outra forma, a imagem-recordação está presente no espírito como alguma coisa que já não está lá, mas esteve (RICOEUR, 2003, p.2).

Ricoeur (2003) traz dos filósofos clássicos a ideia de que falamos da memória não só em termos de presença/ausência, mas também em termos de lembrança, de rememoração, aquilo que chamavam *anamnesis*. Ou seja,

[...] simultaneamente o enigma e a sua frágil resolução, que a memória transmite à história, mas que ela transmite também à reapropriação do passado histórico pela memória uma vez que o reconhecimento continua um privilégio da memória, do qual a história está desprovida (RICOEUR, 2003, p.3).

No âmbito individual de capacidades físicas do ser humano, como podemos tratar esse aspecto da memória? A memória é um sistema fundamental ao funcionamento humano, sempre foi, e ainda o é, seja pelas capacidades e potencialidades, seja por suas limitações e falibilidades, descreveu Castela (2010). O que significa, que sua importância deve ser estudada e compreendida não só pelas construções e suporte à vida humana, mas também como um mecanismo passível de falhas e incompletudes, um sistema que comete erros sistemáticos como podemos perceber em Castela (2010). As investigações em memórias falseadas levaram ao avanço de várias hipóteses sobre os processos que lhes subjazem, tal como as condições em que ocorrem.

As memórias falseadas seriam um tipo de distorção *mnemônica* que consiste na recuperação de eventos que nunca ocorreram. As emoções estão ali. Estas últimas consistem em um conjunto de respostas químicas e neurais baseadas nas memórias emocionais, que surgem diante de estímulos externos, sendo o sentimento a resposta a essa emoção produzida. Dessa forma, são as emoções que dão origem aos sentimentos, e estes podem gerar mais de uma emoção de mesma espécie, segundo Schacter (1999) e Castela (2010).

Contudo, refletir sobre as emoções no campo da memória nos remete a refletir sobre o que Schacter (1999) propôs. Esse autor em suas investigações sobre o tema identificou uma sistematização de diversos tipos de erros ou transgressões fundamentais da memória. Nesse campo de estudo das memórias, tomaremos emprestada a sua revisão e a sua nomenclatura para o que ele denominou, de sete pecados da memória, conforme segue: a transitoriedade (*transience*), a distração (*absent-mindedness*), o bloqueio (*blocking*), a falha de atribuição (*misattribution*), a sugestibilidade (*suggestibility*), enviesamento (*bias*), e a persistência (*persistence*). O autor destacou que os três primeiros são erros por omissão, ou ainda uma falha em trazer à mente um fato, evento ou ideia. A transitoriedade, distração e bloqueio aparecem em um momento em que os indivíduos precisam lembrar uma informação desejada, que se torna inacessível ou indisponível, no tempo. Esses, normalmente são aceitos, enquanto uma característica normal e necessária ao bom funcionamento da memória, pois o esquecimento faz parte do armazenamento. Os últimos quatro, são erros por omissão, e estão presentes em algum tipo de memória, mas são incorretos ou indesejados, como ressalta Castela (2010). Esses erros apontados aparecem em situações em que alguma forma de memória está presente, mas é atribuída erroneamente àquela hora, local ou pessoa incorreta.

A seguir, no quadro 01, em uma abordagem sintética, os sete pecados da memória expostos por Schacter (1999) em seu artigo "*The Seven Sins of Memory- Insights From Psychology and Cognitive Neuroscience*", onde o autor esboçou uma série de experimentos realizados, para exemplificar em uma configuração por grupos, quais seriam os sete tipos de memórias falseadas que estão presentes no ser humano em seu contato com o mundo empírico.

Quadro 1. Os sete falseios da memória

Pecados da Memória	Definição
1. Pecado da Transitoriedade (esquecendo-se com o tempo)	Pode acontecer quando há uma tentativa deliberada de recordar na memória um evento específico ou fato. No entanto, indica que uma boa dose de esquecimento provavelmente sempre ocorrerá, porque a atenção é insuficientemente dedicada a um estímulo no momento da codificação ou recuperação, ou ainda porque, a informação atendida é processada superficialmente. “Tais incidentes de esquecimentos associados a lapsos de atenção durante a codificação ou durante a tentativa de recuperação podem ser descritos como sendo erros de distração” (SCHACTER, 1999, p. 186). Memória para fatos e eventos normalmente se tornam menos acessíveis ao longo do tempo, ou seja, é um esquecimento gradual. Não existe dúvida que a falha de recuperação desempenha um papel importante no esquecimento.
2. Pecado da distração	Ocorre durante a codificação sendo essa uma fonte provável de falhas comuns de memória cotidiana. “Tais falhas de codificação, distração, ocorrem quando as ações são realizadas de forma automática e a atenção está focada em outro lugar” (SCHACTER, 1999, p. 187).
3. Pecado do bloqueio	Refere a “um fato, que mesmo quando codificado profundamente, não tendo sido perdido ao longo do tempo, às vezes pode estar temporariamente inacessível” (SCHACTER, 1999, p. 187). Segundo Schacter, a pessoa está ciente do bloqueio no momento em que ocorre.
4. Pecado falha de atribuição	Primeiro, as pessoas podem lembrar corretamente um item ou fato a partir de uma experiência passada, mas atribuir erroneamente o fato a uma fonte incorreta. Um segundo tipo de atribuição incorreta é caracterizado pela ausência de qualquer experiência subjetiva de lembrar. Um terceiro tipo ocorre quando indivíduos recordam ou reconhecem falsamente itens ou eventos que nunca aconteceram (SCHACTER, 1999).
5. Pecado sugestibilidade	São indicativos de que falsas memórias podem ocorrer espontaneamente quando uma situação atual ou item de teste conceitualmente ou perceptualmente são semelhantes a um anterior. A sugestibilidade na memória refere-se à tendência de incorporar informações fornecidas por terceiros, como perguntas enganosas (SCHACTER, 1999), nas próprias recordações. A sugestão pode influenciar a memória de várias maneiras. O autor relata resultados de testes que estabeleceram que é possível implantar falsas memórias de vários diferentes tipos de experiências de infância, em participantes experimentais.

<p>6. Pecado do Viés.</p>	<p>A codificação e a recuperação da memória são altamente dependentes e influenciadas por conhecimentos e crenças preexistentes. As memórias podem ser influenciadas e até mesmo distorcidas pelo conhecimento atual, crenças e expectativas. Da mesma forma, memórias de experiências passadas podem ser coloridas pelo humor e estado emocional atual (SCHACTER, 1999). Preconceitos referem-se às influências distorcidas do conhecimento atual, crenças e sentimentos sobre a lembrança de experiências anteriores. Vários estudos forneceram evidências para a operação de um viés de consistência retrospectiva, ou seja, as pessoas tendem a exagerar coerência entre suas atitudes passadas e presentes, crenças, e sentimentos dentro do universo de suas lembranças.</p>
<p>7. O pecado de persistência</p>	<p>Esse pecado envolve lembrar de um fato ou evento que se preferiria esquecer. A persistência é revelada por lembranças intrusivas de eventos traumáticos, ruminação sobre sintomas negativos e eventos, e até mesmo por medos e fobias crônicas. Estudos de memórias traumáticas revelam que falhas em esquecer, às vezes, podem ser ainda mais incapacitantes do que esquecer em si. Os eventos traumáticos são tipicamente lembrados repetitivamente e intrusivamente (SCHACTER, 1999).</p>

Fonte: Baseado em SCHACTER (1999). Tradução própria.

Entre as conclusões do Schacter (1999) destaca-se o fato de que os sete pecados da memória, ou alguns deles, possam ser vistos, como resultados involuntários de um sistema adaptativo. Ou seja, *“an adapted system retains the kind of information that is most likely to be needed in the environment in which the system operates”* (SCHACTER, 1999, p.196). Outro aspecto, onde essas falhas são benéficas, está no fato de que as lembranças falsas e de reconhecimento, muitas vezes ocorrem quando as pessoas se lembram da essência semântica ou perceptiva de uma experiência, embora não se lembrem de detalhes específicos.

Entretanto, a memória em essência também pode ser fundamental para habilidades como categorização e compreensão, podendo facilitar o desenvolvimento da transferência e da generalização entre tarefas. Todos os esquemas são especialmente importantes na orientação da recuperação da memória, disponibilizando a essa, informações relevantes para o estrutura, permitindo desenvolver expectativas precisas de eventos que possam se desdobrar em configurações familiares baseadas em experiências passadas, dentro daquelas definições, que Schacter (1999) definiu, assim como vieses retrospectivos, que frequentemente envolvem distorções de memória, que exageram mudanças entre atitudes e crenças presentes e passadas.

De todos os sete pecados, de acordo com o autor, o que, talvez seja o mais acessível à percepção de seu lado positivo ou adaptativo, é o da persistência, muito embora, possa ser intrusiva, uma vez que, as lembranças de traumas, que ao mesmo tempo podem ser incapacitantes, podem ser importantes no sentido de que as experiências emocionalmente excitantes, possam ocorrer em resposta a perigos potencialmente fatais e, possam persistir ao longo do tempo, e fornecer dessa forma, uma base para memórias que auxiliam na proteção de eventos futuros.

No processo de rememoração as memórias falseadas podem nos enganar, seja pela emoção vivenciada no passado ou a vivenciada no ato presente de rememorar. Essas memó-

rias também podem ser falseadas porque já não falam igualmente ao “coração” (afeto) e nem mesmo com o auxílio do grupo, como Halbwachs (1993) indicou. Poder-se-ia garantir a edificação de uma memória consistente e verdadeira, uma vez que diferentes intenções estruturadas, internamente no grupo, podem alterar a valência da lembrança destacada. Na obra “Os quadros sociais de memória”, Halbwachs (1993) identificou que seriam sistemas de valores que unificam determinados grupos e servem para a manutenção dos mesmos. Nesse sentido, segundo Gondar (2016), há sempre uma concepção de memória social implicada no que será conversado e interrogado, envolvendo assim uma escolha de um passado e a aposta em um futuro.

Nesse contexto, cabe fazermos uso de uma análise crítica sobre lembrança e esquecimento. Nas diferentes versões da história de uma sociedade as instâncias de poder pretendem (sem generalizar) legitimar acontecimentos selecionados, organizados e classificados para compor apenas o que é de interesse de alguns, ficando no esquecimento da história, mas não da memória dos grupos que a vivenciaram ou de seus descendentes. Segundo Ferro (1992), em sua tipologia de silêncios, o princípio da legitimidade de uma instância de poder cria ou se serve de mitos fundadores que engrandecem sua origem, imputados de um poder supremo, recalçando os aspectos pouco admiráveis de seus começos.

Outro aspecto trazido pelo autor é o de que ao se legitimar uma versão da história, a versão que fica é a dos vencedores, contudo existe a versão dos vencidos que se contrapõem a essa. Dessa forma, temos pouca ou quase nenhuma ingerência sobre nossa memória, uma vez que, sequer conseguimos controlar o que lembrar, o quanto lembrar e quando lembrar - como comprovado nos resultados dos estudos cognitivos indicados anteriormente. Ela nos nega a autonomia e o poder de acessar os conteúdos que nos interessam no presente, pois a mente consciente não serve para armazenar.

Ao refletirmos sobre nosso processo de rememoração podemos pensar no papel do afeto dentro desse mecanismo seletivo de memórias. Refletir sobre o que nos desperta a respeito de uma memória de um familiar ou pessoa próxima, por exemplo, é diferente da memória ligada a um herói ou ícone da história, aprendido e absorvido culturalmente. A diferença está na amálgama, que sustenta cada uma dessas lembranças, no compartimento da memória, lacrado dentro de cada indivíduo, que pode se resumir aos laços afetivos preexistentes, no caso de uma pessoa próxima diferente de uma pessoa pública ou histórica.

Temporalidade no campo da memória

A temporalidade envolvida no processo de ressignificação é compreendida como algo que não se enquadra no modelo científico clássico de um “puro presente”, nem tampouco se resume a um resgate do passado. Este processo de ressignificação envolve um trabalho psíquico intenso. A ressignificação é definida como uma constante busca de novos sentidos para a vida ou aspectos dela, segundo John (2006).

O passado, nesse sentido, passa a ser um futuro, que aceita tudo o que podemos projetar, que assim também o é. No que se refere ao passado, podemos completar suas lacunas de esquecimento com as memórias que quisermos inferir. Lembrar fatos de um passado não vivido, como no caso da história, que nos foi contada, é olhar o passado com o mesmo distanciamento que encaramos o futuro, pois é muito difícil carregar emoções e sentimentos em ocorrências não vivenciadas. No caso da História, a lembrança é contaminada pelo rumo que foi direcionado a uma determinada sociedade ou coletividade. Com relação a isso Barroncas expressa:

A presença de um tempo que já passou é uma constante em nossas vidas. Nascermos num mundo recheado de informações, reminiscências, rastros de um pretérito que não necessariamente foi vivenciado no presente, mas que influencia as relações que estabelecemos com o presente e com o futuro. Alguns desses vestígios permanecem e outros se apagam. Existe certa contingência do que permanece ou não, do que permanece por escolha ou por acaso, do que é enterrado e do que é exumado. Essa cota do que fica é do que se perde é complicada de se mensurar: cada cultura,

cada indivíduo, cada sociedade cria relações diversificadas de apropriação e uso desse passado, de acordo com associações de diferentes fatores. Associações que nem sempre são conscientes, voluntárias ou fruto de um grande debate (BARRONCAS 2012, p. 125).

Cada indivíduo participa, simultaneamente, em vários campos *mnésicos*, conforme a perspectiva em que se coloca a sua retrospectiva. Porém, essa, reduz-se a duas atitudes nucleares: autobiográfica e a histórica – sendo a última mais externa e transmissível – sendo que ambas se implicam reciprocamente. Segundo Halbwachs,

A memória individual não está inteiramente isolada, fechada num homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele e que são fixados pela sociedade. Mas, ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos, que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (HALBWACHS, 1993, p. 58).

Caberia afirmar-se que no caminho da memória, haveria maior valência, as narrativas que contêm emoção? Àquelas vinculadas ao afeto ou desafeto, dado o fato que se encerram, em si mesmas, verdades sensoriais do narrador, resquícios de um sentimento vivido. Vemos que:

[...] as recordações radicam na subjetividade - como mundo interno de todo e qualquer ser humano composto por emoções, sentimentos e pensamentos, embora cada um só ganhe consciência de si em comunicação com outros, pelo que a evocação do que lhe é próprio tem ínsitas as condições que a socializam, ou seja, a memória individual é formada pela coexistência, tensional entre várias memórias (pessoais, familiares, grupais regionais, nacionais etc.) que estão em permanente construção, segundo as mudanças do presente em passado e suas conseqüentes alterações que ocorrem no campo das representações do pretérito. A *anamnese* enquanto presente- passado é a experiência interior onde a identidade do eu unifica a complexidade dos tempos sociais em que cada vida individualmente compartilha (CATROGA, 2001, p.16).

Há muitas versões do presente, assim como haverá muitas versões do passado, e apenas algumas serão fixadas como História, mas não porque é a melhor ou mais “verídica”, mas sim a que interessa aos vencedores. Assim, o acontecimento posterior remodela o passado, e reconfigura o futuro segundo a ótica dos “vencedores” – porém as múltiplas possibilidades ainda estarão disponíveis – muito embora apenas uma ocorra, sendo essa a versão capaz de alterar o passado. Segundo Candau, (2011, p. 09) “[...] a identidade seria inicialmente, como um estado construído socialmente de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o Outro.” Trata-se, portanto, de uma elaboração social em permanente construção, à medida que, se molda, conforme o contato estabelecido com a alteridade, ou seja, a identidade insere-se num processo contínuo que se encerra com a morte, e, como um estado, altera-se permanentemente, conforme John (2006).

Difícilmente conseguiremos refletir sobre o tempo sem nos ancorar em algum plano ou espaço, da mesma forma pensar em espaço, sem imediatamente nos depararmos com um local habitado por outros, ou por objetos, ou pela natureza, etc. O vazio não nos é referência espacial. Temos dificuldades em nos posicionar no vazio. O conhecimento do mundo é limitado pelas condições materiais, sociais e políticas, propriamente humanas, de conhecer o mundo. Para Kant (1997) o espaço existe a priori sem nada de objetos empíricos - capacidade humana de situar as ocorrências uma em relação às outras topograficamente - e um tempo a priori sem existências reais e objetos.

a) O tempo se constitui num ponto de referência indispensável à produção de saberes científicos fazendo uso da memória. Desaulniers (1998) descreveu que:

b) O tempo ocupa uma posição de categoria universal em virtude de sua aplicabilidade a todas as áreas das ciências humanas e sociais.

c) O tempo, como categoria de análise, contém e condensa toda uma parte da história da humanidade e, por isso constitui-se ele mesmo um documento, uma instituição, um verdadeiro instrumento de compreensão do real, independente da disciplina ou área da ciência em questão. Insiste, no entanto, que, para capturar a significação de uma categoria de análise, é necessário recorrer a procedimentos diferentes daqueles que se baseiam no senso comum.

d) Associados ao novo espírito científico, os pressupostos epistemológicos que embasam uma pesquisa de uma maneira geral, fundamentam-se na perspectiva histórica para capturar a teia complexa de relações, que constitui o real. As descontinuidades que o configuram estão relacionadas com os vários ritmos, durações e formas de representação do tempo (vivido e pensado), já que ele não existe em estado puro, mas é constituído pelo cenário que o encerra.

O ritmo de mudanças gerado pelo aprimoramento da tecnologia tende a provocar grandes rupturas, na dinâmica social as quais passam a exigir novas posturas, baseadas numa visão mais integrada e globalizante da realidade social, tanto no âmbito do planejamento e da pesquisa, quanto nas ações de cunho pedagógico.

Sendo uma categoria universal a autora destacou, que a vida é por excelência o fenômeno do tempo e, nada do que existe é atemporal. Por isso o tempo é uma das noções essenciais que dominam toda a nossa vida intelectual, situando-se entre aquelas denominadas pelos filósofos, desde Aristóteles (1957), de categorias do intelecto como noções de tempo, de espaço, de números, de causa, de substância, de personalidade, etc. A categoria tempo aparece como um instrumento científico do pensamento, sendo comparável a uma ferramenta entendida enquanto capital material acumulado e constitui-se um alimento indispensável à análise do real, para toda e qualquer área da ciência.

Conforme Veyne (1998, p.4) “[...] não existe algum critério que estabeleça uma demarcação entre o histórico e o não histórico.” Então, é possível admitir que tudo pode tornar-se objeto da história conforme o autor. Para isso é suficiente ter acontecido. Também, o antropólogo Lévi-Strauss (1952) destacou que tudo é história, pois o que foi dito ontem é história. Para Braudel (1992, p. 4) “[...] o que foi dito há um minuto é história assim, igualmente, [...] porque não existe uma história, um ofício de historiador, [...] mas sim uma soma de curiosidades, de pontos de vista, de possibilidades”. Ou ainda, para ser melhor compreendido existem tantas maneiras discutíveis e discutidas de abordar o passado, quantas as atitudes que existem perante o presente.

Sendo o tempo um instrumento de compreensão do real, enquanto instrumento de análise, pode instaurar rupturas em relação ao conhecimento ingênuo, desde que os procedimentos utilizados se sustentam no princípio básico segundo o qual, fazer hoje significa fazer mediação do objeto pelo sujeito. Conforme Bachelard (1991, 2000), as circunstâncias do real estão naturalmente baralhadas e sua organização é capturada através dos métodos racionais que investimos sobre elas. Nessa perspectiva, mesmo o objeto, fornecendo os elementos à prova, existe um complexo nas relações.

Apreender a dinâmica em que o real se movimenta, à medida que ele se constrói e, esse é um dos fundamentos da produção do conhecimento científico, que implica na captura do tempo em que o fenômeno é constituído, enquanto uma teia de relações, procurando evidenciar seus vários ritmos, durações, formas de representação (do tempo vivido e do tempo

pensado). Desaulniers (1998) considerou, que nesse contexto a categoria tempo passa a ocupar uma posição central no interior das várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, mesmo se estiver sendo enfocada a partir das especialidades de cada uma delas. Para Braudel (1992), é possível classificar os fenômenos em três níveis, considerando que eles se constroem: os fenômenos de curta duração (o fato da ocorrência, cronológico); os de duração intermediária (os ciclos, por exemplo) e os de longa duração (mentalidades, tecnologias).

As valiosas contribuições de Bachelard (1991) sobre o tempo, enfatizam um aspecto extremamente importante dessa categoria - aspecto que ele denominou "dialética da duração". Do seu ponto de vista, parece impossível não reconhecer a necessidade de basear a vida complexa, numa pluralidade de durações, que não tem nem o mesmo ritmo, nem a mesma solidez de encadeamento, nem o mesmo poder de continuidade.

As relações sociais necessitam de um dado tempo, mas também de um espaço determinado, cuja ocupação suponha sua constituição enquanto lugar. Os registros do passado são captados por meio do que recordamos em relação ao espaço que leva dentro de si, comprimido, o tempo, na perspectiva de Desaulniers (1998). Além disso, o registro do tempo passado, que se encontra comprimido no espaço, é captado efetivamente pelas memórias, ou seja, lugares e territórios - espaços materiais, visualizáveis - podem ser captados, operacionalmente, através de depoimentos, memórias coletivas, memórias históricas, lembranças - todos esses recursos disponíveis ao pesquisador. Assim Desaulniers (1998, p. 43) destacou que:

[...] à reconstrução dos valores, conflitos e arquétipos, em função da complexidade desses fenômenos, sugere-se a reconstrução dos testemunhos qualitativos, referidos ao tempo pensado e ao tempo vivido. [...]. A noção de lugar de memória, igualmente, permite uma mensuração mais objetiva quanto à temporalidade contida nos fenômenos sociais que se pretende investigar.

Le Goff (1990) considerou a memória como um instrumento de poder quando associa lugar de memória com lugar de poder. Assim, a memória faz-se presente, de um modo impressionante e a importância de se contemplar a contingência, enquanto uma das dimensões que constituiu o tempo, encontra sua explicação no pressuposto de que o roteiro da história resultará da decisão livre de seres racionais.

As Ciências Humanas e Sociais, conforme Desaulniers (1998) se constituem em uma possibilidade de retificação do conhecimento científico à medida que, essas áreas da ciência procuram explorar todo o potencial epistemológico de que dispõe essa categoria universal que é o tempo, não sendo possível dissociá-la da matéria (oreal), negando o seu movimento, e mudança. Pereira e Carvalho (2008, p. 46) apontam nessa direção:

[...] estamos vivendo em um momento de transição paradigmática, no qual o paradigma da modernidade se encontra em declínio, em função do colapso do pilar da emancipação no pilar da regulação, fruto da convergência do paradigma da modernidade e do capitalismo. Este período transicional possui duas dimensões principais: uma epistemológica e outra societal. A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente (conhecimento prudente para uma vida decente). A transição societal ocorre do paradigma dominante (sociedade patriarcal, produção capitalista, consumismo individualista, identidades fortaleza, democracia autoritária e desenvolvimento global e excludente) para um conjunto de paradigmas que ainda não sabemos exatamente o que vem a ser.

Essas interações expressam o movimento entre tempo e espaço enquanto categoria analítica. Com essas bases teóricas é possível refletir sobre o método.

Caminho metodológico

Esta seção apresenta o roteiro metodológico deste estudo, visando atingir os objetivos propostos, ou seja, como reconhecer os falseios de memória a partir de análise de discurso aplicada a uma técnica de investigação qualitativa de grupos focais? É importante lembrar, que conforme Minayo (2013) a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.

A técnica de grupo focal é um recurso de captação de dados dentro da metodologia qualitativa. É uma técnica não diretiva, cujo resultado visa à mediação da discussão de um grupo de pessoas e foi inspirada em técnicas de entrevista não direcionada e técnicas grupais usadas na psiquiatria. Os participantes não se conhecem, mas estão agrupados, segundo critérios de recrutamento que buscam características próprias entre os membros de grupo que sejam de interesse do estudo.

Nesta técnica, o mais importante é a interação que se estabelece entre os participantes. O facilitador da discussão deve estabelecer e estimular a discussão, uma vez que não se trata de uma entrevista em grupo, mas da relação do próprio grupo.

Como vantagens na utilização dessa técnica, dentro dos estudos das ciências humanas, está a aproximação de informações mais aprofundadas sobre um tema específico, pois ao estabelecer uma relação de confiança entre facilitador e os participantes, esses poderão expressar suas opiniões de forma interativa obtendo elementos que não ficam limitados a uma prévia concepção dos avaliadores, elevando a reflexão e com isso a qualidade dos elementos obtidos para o estudo. Essa técnica viabiliza captar subsídios vinculados ao emocional dos participantes, aspecto fundamental no contexto dessa ferramenta de análise dentro do contexto proposto no presente artigo. Essa pesquisa pode ser classificada, como do ponto de vista de seus objetivos como descritiva. Do ponto de vista dos seus procedimentos técnicos esse estudo é bibliográfico visando identificar com base em um referencial teórico a possibilidade de utilização de uma abordagem qualitativa em Grupos Focais.

Discussão de dados

Gondim (2003) e Gil (2009) apresentam um histórico do surgimento do grupo focal, tendo sua origem no sociólogo Robert King Merton (1910-2003), envolvendo estudos sobre a moral na Segunda Guerra Mundial. Existem indícios de utilização desde a década de 20, no marketing, contudo foi na década de 80, que as universidades começaram a usar a expressão “grupos focais”. Existe relutância em adotar o termo e a técnica de grupos focais, visto os vários modelos conflitantes e tradições que defendem, pois os dados são gerados para propósitos diferentes. Grandes empresas organizacionais desfrutaram da utilização dessa técnica com popularidade, tendo em vista, o foco no cliente e na tentativa de resolver os problemas. Normalmente os conflitos são terapêuticos e fundamentados em pesquisa-ação.

Grupos focais para Gondim (2003) também podem ser uma poderosa ferramenta de relações públicas. As chamadas “entrevistas de grupo”, “entrevistas de grupo focal” e “discussões de grupo focal” são consideradas polêmicas nas ciências sociais e aplicadas devido à adoção de procedimentos estruturados, controlados por questões específicas e num tempo determinado.

No entanto, ainda para Gomez (2005), cada vez mais a técnica de grupo focal tem ampliado seus propósitos, estando a cargo da criatividade do pesquisador. Para Flick (2009, p. 182) as “[...] razões para utilizarem o método, ou seja, vem mostrando interesse.” Para Gil (2009, p. 84), a técnica, “[...] oportuniza aos participantes a interação num processo de discussão que é observado e registrado pelo pesquisador inclusive sobre o que pessoas pensam em relação ao que sentem e como agem nessas interações.” Daí, a possibilidade de fazer uso de um olhar e uma escuta diferente no sentido de identificar as rupturas, os silêncios, os consensos, e dissen-

so, as sequências das falas e, portanto, as memórias e seus falseios. Lembrando que as nomenclaturas dos sete pecados da memória são: a transitoriedade, a distração, o bloqueio, a falha de atribuição, a sugestibilidade, enviesamento, e a persistência. Na perspectiva da pesquisa qualitativa, conforme Barbour (2009) as bases de dados podem ser utilizadas para comparação (com uma triangulação), no sentido de buscar divergências encontradas.

Gondim (2003) ainda como ponto de partida para as decisões metodológicas considerou, que elas dependem dos objetivos traçados. O pesquisador pode influenciar no momento da composição dos grupos, no número de elementos, na homogeneidade ou heterogeneidade dos participantes (cultura, idade, gênero, status social) e, nos demais recursos de mediação, assumindo um tipo de análise dos resultados e dos processos de conteúdo. Ou seja, as oposições, as convergências, os temas centrais de argumentação intra e intergrupal, as análises de discurso, as argumentações linguísticas, etc.

O grupo, por outro lado, deve falar sobre um assunto importante a ser explorado e evitar que as interpelações terminem antes da hora. Assim, o pesquisador deve limitar o tempo e incentivar para que a discussão flua, intervindo apenas para introduzir novas questões e, para facilitar o processo em curso. Um bom roteiro é aquele, que não só permite um aprofundamento progressivo, mas a fluidez nas discussões e autonomia, pois para prosseguir conversando depende do grupo. A análise dos resultados é o último fator.

Depende do tipo de relatório, que o pesquisador requer, para tomada de decisão ou produção teórica. Assim, a codificação dos dados passa a ser baseada na conversação. Nesse sentido, a argumentação vai ser analisada repercutindo na coleta, análise e divulgação dos resultados obtidos. As pesquisas acadêmicas têm um rigor metodológico diferenciado, quanto às transcrições de gravações em vídeo e notas e quanto aos conteúdos, discurso e/ou bases linguísticas. As interferências são destacadas por Goldim (2003) como uma forma de modificação dos resultados dos grupos focais, constituindo em bloqueio de produção, de influência social, e do pegar carona na ideia, ou ainda na influência normativa. Ou seja, o primeiro bloqueio da produção diz respeito:

[...] à ativação simultânea de dois processos cognitivos distintos: pensar (o que se vai dizer) e ouvir (o que os outros estão dizendo). O argumento é que esta condição de interação grupal torna muito difícil que o sujeito consiga prestar atenção e acompanhar a discussão, ao mesmo tempo em que tenta organizar o seu pensamento para intervir. É preciso reconhecer, [...] uma escala de avaliação, a pessoa pode ser interrompida em sua linha de pensamento pelo próprio entrevistador e por seus pensamentos distantes do contexto imediato, que afluem à mente e o distraem (GOLDIM, 2003, p. 156).

A influência social é outro fator que afeta a discussão nos grupos:

[...] três processos dela decorrentes [...] a apreensão da avaliação, a autoconsciência e a influência normativa. A primeira está vinculada ao medo da desaprovação social, o que comprometeria a sinceridade das opiniões no grupo. A posição aceita é a de que o receio da avaliação alheia afeta negativamente quando o indivíduo é percebido como sendo o seu alvo, diferentemente de quando o grupo ocupa este lugar, pois aí estaria preservado, até certo ponto, o anonimato pessoal, minimizando (GOLDIM, 2003, p. 157).

A autoconsciência, outro processo decorrente da influência social, está em grupos focais, pelos microfones e câmeras de vídeo, ou pela expectativa das outras pessoas de que todos se manifestem. Estudos experimentais têm concluído que quando os participantes são solicita-

dos a revelar informações íntimas sobre si mesmos, diante de um espelho, eles hesitam mais tempo do que fora desta condição. Além disso, em contextos de discussões grupais as pessoas comparam suas opiniões, crenças, valores, estereótipos, preconceitos e atribuições e ao constatar inconsistências podem assumir atitudes mais extremadas, positivas ou negativas (GOLDIM, 2003, p. 157).

A influência normativa, é o terceiro fator, relacionada à:

[...] comparação que se faz com as normas ou padrões sociais e igualmente pode contribuir para a adoção de atitudes extremadas, na esperança de obter melhor avaliação do grupo. Posições divergentes são evitadas quando se crê que aos olhos dos outros participantes isto seria diagnosticado como um desvio. Se, no entanto, alguns membros arriscam assumir posições controversas, os outros se sentem estimulados a esboçar suas crenças pessoais sobre o assunto (GOLDIM, 2003, p. 158).

Os chamados pegadores de carona são aquelas pessoas que se beneficiam do grupo,

[...] mas dão pouco em troca. Ao contrário da noção comum de que a união faz com que o grupo produza bem mais do que cada um isoladamente, alguns se aproveitam do esforço dos outros. A vadiagem social, expressão que define este processo, mantém uma relação direta com a apreensão de avaliação. Se os indivíduos são levados a crer que seu empenho pessoal não é avaliado distintamente dos outros, a dedicação à tarefa diminui, pois a responsabilidade é diluída. Esta linha de argumentação sugere que as pessoas ao serem entrevistadas separadamente se empenham muito mais nas respostas do que quando são convidadas a emitir suas opiniões em grupo. A alternativa para lidar com este problema está na habilidade do moderador de ressaltar nas instruções iniciais a importância das manifestações de cada um, tanto quanto os debates e discussões (GOLDIM, 2003, p. 158).

Diferentes argumentos persuasivos interferem na opinião das pessoas e, portanto, na integração que possa resultar inclusive oportunizando os chamados falseios de memória tratados anteriormente. Realmente os grupos focais atendem a determinado contexto e podem ser considerados como uma técnica que dá margem ao surgimento de interferências no grupo. Assim, identificar as rupturas, os silêncios, os consensos, e dissensos, as sequências das falas e, portanto, as memórias e seus falseios decorrentes de fatores como transitoriedade, a distração, o bloqueio, a falha de atribuição, a sugestibilidade, enviesamento, e a persistência são fundamentais para que esse método tenha qualidade.

Considerações Finais

Este artigo se propôs a refletir sobre o uso de um recurso metodológico aplicado em técnicas de investigação qualitativa chamada de grupos focais. Destacou algumas bases teóricas no campo da memória e de forma parcial a influência das emoções no funcionamento de um grupo, que podem produzir emoções e falseios, como uma interferência nessa técnica. O artigo foi bibliográfico descritivo e cumpriu com o objetivo geral de desenvolver de forma conceitual alguns itens sobre os grupos focais.

- Os estudos da memória e a influência das emoções em seu funcionamento, são necessários para compreender os processos mentais. É possível reforçar a seguinte síntese teórica:
- Não se pode falar seriamente da reapropriação do passado histórico efetuado pela memória, se não tomarmos cuidado em considerar os enigmas que incomodam os processos da memória.
- As memórias falseadas seriam um tipo de distorção *mnemônica* que consiste na recuperação de eventos que nunca ocorreram. Essas emoções são baseadas nas memórias emocionais, que surgem diante de estímulos externos.
- Os chamados sete pecados, podem ser as lembranças de traumas, que ao mesmo tempo podem tornar-se incapacitantes, pois as experiências emocionalmente podem oferecer outras respostas.
- O processo de rememoração nos desperta a respeito de uma memória social, mas é diferente da memória ligada a um ícone da história, aprendida e absorvida culturalmente.

A temporalidade colabora com a resignificação, pois o passado nesse sentido, passa a ser um futuro, sendo possível completar as lacunas de esquecimento com as memórias que quisermos inferir. No caso da História, a lembrança é contaminada pelo rumo que foi direcionada a uma determinada sociedade ou coletividade.

O tempo é uma categoria universal de aplicabilidade a todas as áreas das ciências humanas e sociais, pois condensa toda uma parte da história da humanidade e, ele mesmo é um documento, uma instituição, um verdadeiro instrumento de compreensão do real. Os pressupostos epistemológicos, que embasam uma pesquisa que faz uso da técnica de grupo focal devem estar fundamentados nas perspectivas históricas, nas teias complexas de relações e nas interferências, que são os bloqueios de produção, a influência social, o poder, a influência normativa, que podem se refletir nos chamados falseios da memória, ou seja, no pecado da transitoriedade (esquecendo-se com o tempo), a distração do bloqueio, a falha de atribuição, a sugestibilidade do viés, e a persistência. Contudo, essa compreensão ainda tem limitações que oportunizam novos estudos e pesquisas.

Referências

ARISTÓTELES, On the Soul, **Parva Naturalia**, On Breath, trad. W.S. Hett, Cambridge (Mass) London: Harvard UP, 1957.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BACHELARD, G. **A filosofia do não**. Lisboa: Abril Cultural, 1991.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARRONCAS, R. R. A memória, o esquecimento e o compromisso do historiador. **Em Tempo de Histórias**. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) n. 21, ago. – dez. 2012. Disponibilidade em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19842>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BORGES, J. L. **Textos recobrados, 1919-1929**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1997.

BRAUDEL, F. Posições da história em 1950. In **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CASTELA, M. S. A. de V. **Processos de Monitorização na produção de falsas memórias: proposta de uma heurística temática**. 2010. Universidade de Lisboa Faculdade de Psicologia. Disponibilidade em: [em:http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2795/1/ulfp037542_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2795/1/ulfp037542_tm.pdf). Acesso em: 10jan. 2019.

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

DESAULNIERS, J. B. R. O tempo e a construção de saberes científicos. In **Cadernos do Projecto Museológico**. Santarém: Editora da Escola Superior de Santarém, n.26, 1997.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9. n.15, p. 19-40, 2016. Disponibilidade em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475> . Acesso em: 10 jan. 2019.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v.12. n.24, p. 149-161, 2003. Disponibilidade em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/8zzDgMmCBnBJxNvfk7qKQRF/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro,1993.

JOHN, D. **A resignificação da história de vida: temporalidade e narrativa no percurso da análise**. 2006. Tese. São Paulo. (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica. Disponibilidade em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15504>. Acesso em: 10 jan.2019.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, SP. Editorada UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios) Tradução de: Stória e memória.

FERRO, M. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. **Des Symboles et Leurs Doubles Paris**: Plon,1952.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (13ª Ed)**. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 2013.

PEREIRA, M. A.; CARVALHO, E. Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1. N. 73, p.189-197, 2008. Disponibilidade em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a02.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

RICOEUR, P. **Memória, História, Esquecimento**. A versão original desta conferência foi escrita e proferida em inglês a 8 de março de 2003 em Budapeste sob o título Memory, history, oblivion no âmbito de uma conferência internacional intitulada "Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism". Disponibilidade em: http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acesso em: 10 jan. 2019.

SANTAYANA, G. **The Life of Reason or the Phases of Human Progress**, Introduction and Reason in Common Sense, New York, Scribner's. [rcs], 1905.

SCHACTER, D.L. The Seven Sins of Memory. Insights From Psychology and Cognitive Neuroscience. Harvard University. **Manual de Psicologia Cognitiva**. 7.Ed. 1999. Disponibilizado em: https://scholar.harvard.edu/files/schacterlab/files/schacter_american_psychologist_1999.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora UnB, 1998.

Recebido em: 24 de novembro de 2021.

Aceito em: 29 de novembro de 2021.